

PLANTA DE VILA DO CONDE DO SÉCULO XVI. ANÁLISE URBANÍSTICA DO EDIFICADO E DA TOPONÍMIA

ELIANA MIRANDA DE SOUSA*

Resumo: *Na segunda metade do século XVI, é desenhada uma planta de Vila do Conde, saída da mesma mão que fez a planta de Guimarães e, muito provavelmente, de outras vilas e cidades portuguesas (incluindo dos Açores e Madeira), que fazem parte dum conjunto de panoramas urbanísticos guardados na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. São representados alguns dos edifícios mais relevantes da vila (maioritariamente religiosos) e assinalada a toponímia, elementos que têm servido, cruzando-os com a documentação da época, para um melhor conhecimento da História de Vila do Conde no início da Época Moderna.*

Palavras-chave: *Vila do Conde; Planta; Século XVI; Evolução Urbana.*

Abstract: *In the second half of the 16th century, a map of Vila do Conde was drawn up, made from the same hand that drew up the map of Guimarães and, most likely, of other portuguese towns and cities (including from Azores and Madeira), which form part of a set of urban panoramas kept at the National Library of Rio de Janeiro. Some of the most relevant buildings in the town are represented (mostly religious) and the toponymy is highlighted, elements that have served, by crossing them with documentation from the time, to provide a better understanding of the History of Vila do Conde at the beginning of the Early Modern Period.*

Keywords: *Vila do Conde; Map; 16th century; Urban evolution.*

A abertura da Rua das Flores, no Porto, teve como promotor o corregedor António Correia, desejando que a zona alta e central da cidade se ligasse ao rio, criando-se um verdadeiro corredor comercial e de circulação mais direta ao movimentado porto do rio Douro. Pedida a autorização ao rei D. Manuel I, em 1521, este prontamente acede, reconhecendo a importância dessa nova ligação da cidade.

Quer D. Manuel I, quer António Correia, estiveram ligados a Vila do Conde e ao seu desenvolvimento: o monarca, quando se desloca, em finais de 1502, em peregrinação a Santiago de Compostela e planeia, por carta régia, a construção de uma nova centralidade da vila, com nova igreja e praça¹; o corregedor, como Irmão da Misericórdia de Vila do Conde, precisamente em 1521, ano da primeira lista que se conhece dos confrades da Irmandade².

* Historiadora e coordenadora do Centro Interpretativo de Memórias da Misericórdia de Vila do Conde. Email: eliana.sousa@cimmisericordiaviladoconde.pt.

¹ SOUSA, 2013.

² *Santa Casa da Misericórdia* [...], 2010: 64.

Reconhecida a forte dinâmica do porto de Vila do Conde, juntamente com o de Azurara na outra margem do rio Ave, não será uma simples circunstância de trajeto a passagem e estadia de D. Manuel I em Vila do Conde, no início de novembro de 1502, a caminho de Santiago de Compostela. Consultando a documentação emitida para as diferentes localidades por onde passa durante esta peregrinação, constata-se que esta é aproveitada, nomeadamente, para se resolverem problemas anteriormente apresentados (através de cartas ou presença em cortes), assim como para um certo controlo régio, ambas as intenções constatadas no caso de Vila do Conde.

Chegado a Vila do Conde, tendo saído do Porto, D. Manuel hospeda-se em casa de Jerónimo Rodrigues, escudeiro de D. Jaime, duque de Bragança, sobrinho de D. Manuel (e seu natural sucessor até ao nascimento do futuro D. João III). Ou em casa de Jerónimo Rodrigues, ou nos paços do concelho, o rei reuniu-se com os homens da governança assim que chegou, como o comprovam dois documentos por si emanados: a 5 de novembro, ainda é emitido um do Porto; no dia seguinte, é escrito outro já em Vila do Conde, onde se vê que o rei já está a par da questão da nova igreja que se estava a construir desde a última década do século XV, no monte do Mosteiro de Santa Clara, nomeando dois homens da sua confiança para ver os livros de assentamento de receita e despesa. O monarca desejava, assim, estar bem informado do que se passava na vila, certamente para ajuizar de maneira justa o que lhe era pedido pelos homens da terra.

A documentação refere a construção de um novo edifício religioso (Fig. 1), que iria substituir a velha igreja pré-românica de S. João, um templo que «tornara-se acanhado, longínquo, mesquinho para terra de tanta nobreza, de ricos mareantes, de opulentos mercadores», como registou Eugénio da Cunha e Freitas³. Mas a 5 de dezembro de 1502, é redigida a carta régia descritiva da nova igreja⁴, que passaria a ser no campo de S. Sebastião, na zona baixa da vila. O documento é um verdadeiro plano do edifício, com todas as suas áreas e medidas, o qual ficará de frente para uma nova praça quadrada (Fig. 2) também projetada no mesmo documento, dando a Vila do Conde um toque de modernidade à maneira renascentista, como já se havia feito noutras localidades do reino, como os casos de Funchal ou de Beja, ducados de D. Manuel I. Um verdadeiro programa urbanístico para a zona compreendida entre a Rua dos Mourilheiros (atual Rua da Misericórdia) e o campo de S. Sebastião, área ocupada com casas e logradouros, bem como pela capela de S. Sebastião, que alterará o tecido urbano do centro da vila.

³ FREITAS, 2001: 112.

⁴ AMVC. *Carta de D. Manuel I à Câmara de Vila do Conde* [...], AMVC/A3-AMVC/CMVC/A3.

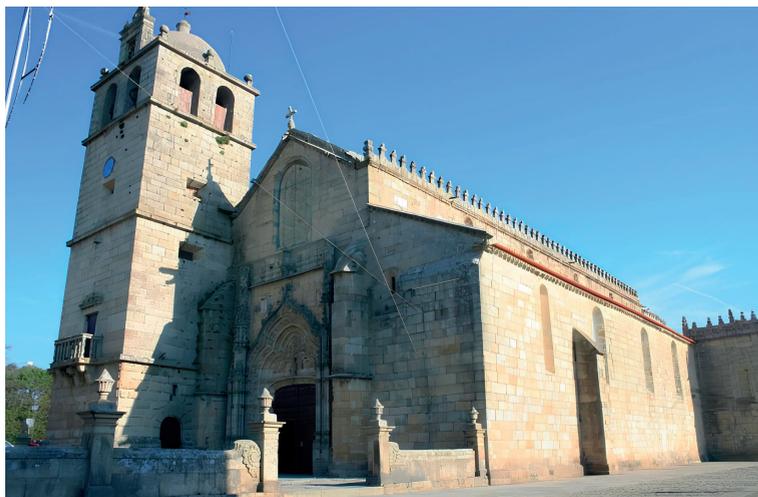


Fig. 1
Igreja Paroquial de
S. João Batista/Igreja
Matriz
Fonte: Fotografia da
autora



Fig. 2
Paços do concelho e
pelourinho na «Praça
Nova» (atual Praça
Vasco da Gama)
Fonte: Fotografia da
autora

Através das informações que nos chegam dos documentos do Arquivo Municipal de Vila do Conde (AMVC) e do Arquivo Distrital do Porto⁵, sabe-se que a vila que o monarca português encontra em 1502 é já um espaço bem delineado. Os arruamentos ligavam o monte do mosteiro à zona ribeirinha e à zona central, onde estavam os paços do concelho com sua picota, assim como também ligavam a zona central à zona ribeirinha e ao lugar de Cimo de Vila. Na carta da construção da nova igreja e da elaboração da nova praça, há a referência a abertura de uma nova rua, mas

⁵ Os documentos utilizados para o presente artigo, em depósito no Arquivo Distrital do Porto, foram consultados no Centro de Documentação dos Portos Marítimos Quinhentistas (CEDOPORMAR), afeto ao AMVC.

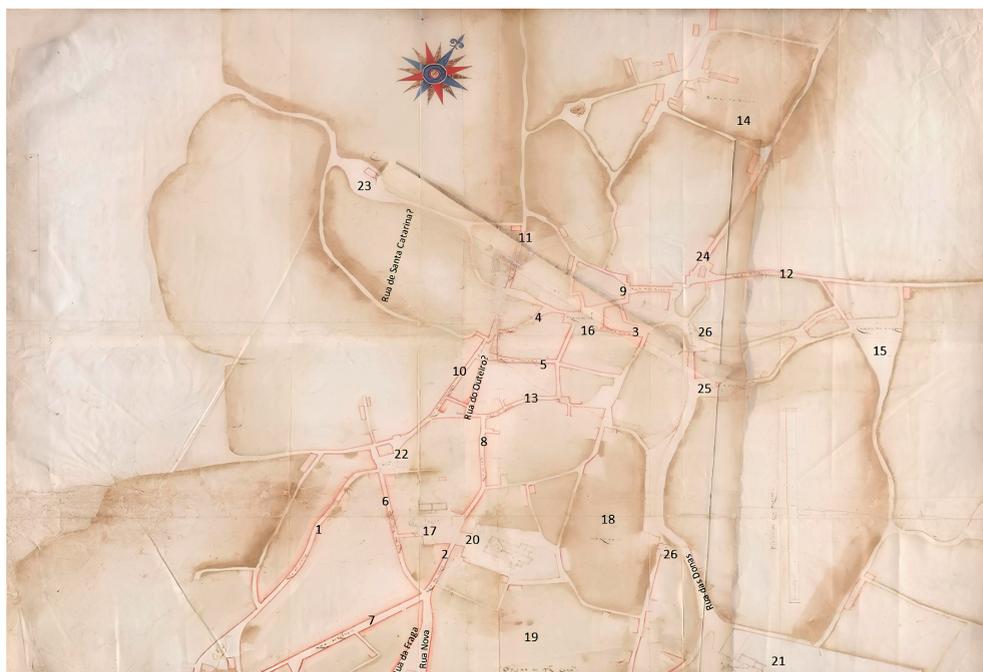


Fig. 3. Planta de Vila do Conde no século XVI. Fonte: Biblioteca Nacional do Brasil, Acervo Digital. [Consult. 1 jan. 2024]. Disponível em <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart1090201/cart1090201.html>. Esquema realizado pela autora, sob documento da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

constata-se, em documentos da década de 70 da mesma centúria, que a rua ainda não existia, assim como a torre planeada para a igreja.

A descoberta, nos anos de 1990, na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, de uma representação cartográfica de Vila do Conde da segunda metade do século XVI (Fig. 3), veio acrescentar e esclarecer dados nas fontes escritas⁶. Fazendo-se o exercício de se sobrepor as plantas antiga e atual, confirma-se que estamos perante um caso de conservação do núcleo antigo (épocas medieval e moderna), quer ao nível dos espaços de circulação, quer ao das arquiteturas civil, política/administrativa e religiosa.

Dada a conhecer à comunidade científica portuguesa por Rafael Moreira, professor da Universidade Nova de Lisboa, com a sua publicação no artigo *A arquitectura militar na expansão portuguesa*⁷, a planta, com a legenda «De Vila do Conde» no seu reverso, chegou até nós truncada, faltando o desenho da área que vai do Mosteiro de Santa Clara até perto da foz do rio Ave. Importantes elementos, como o mosteiro (teríamos, aqui, a única hipótese de ver como era o edifício medieval), a barca de passagem, as azenhas, os vários cais, as alfândegas régia e do mosteiro, os estaleiros

⁶ *Vd.* o artigo de Mário Jorge Barroca e Mário Gonçalves Fernandes, apresentado nesta publicação (páginas 415 a 433).

⁷ *Vd.* o artigo de Mário Jorge Barroca e Mário Gonçalves Fernandes, apresentado nesta publicação (páginas 415 a 433).

de construção naval ou a foz do rio, foram-nos sonogados. O mesmo se poderá intuir acerca da zona ribeirinha de Azurara, a margem sul do rio, que faria todo o sentido estar também representada.

Rafael Moreira justifica a existência desta planta e da de Guimarães, desenhada pelo mesmo autor, bem como de todas as que faziam parte do grupo de plantas encontrado, com a intenção de se construírem novas fortificações, um projeto à responsabilidade de Simão de Ruão, a quem o professor atribui os desenhos das plantas. Mas Guimarães já tem o seu castelo e fica afastada do litoral, onde, aqui sim, era impreterível que se reforçasse a defesa do reino (como veio a acontecer em Vila do Conde, com a construção do forte de S. João Batista).

Quer para a planta de Vila do Conde, quer para a de Guimarães, tornava-se imperioso a análise detalhada do que aí se representa para aferir a sua datação, confrontando com o que se conhece dos documentos escritos. O caso de Vila do Conde é agora, neste artigo, por nós examinado, mas para ambas as plantas citadas, já Mário Barroca, professor da Universidade do Porto, num artigo publicado em 2014⁸, assim como no publicado neste volume de atas, avança com um curto intervalo temporal para a datação das plantas: no que a Vila do Conde diz respeito, a planta terá sido elaborada entre 1561 e 1566-1567, rebatendo, assim, a sugestão de Rafael Moreira de 1568-1570, baseando-se, este último investigador, no facto de Simão de Ruão ter sido enviado ao Porto em 1567, mas já estar na Índia em 1571. Mário Barroca defende a baliza temporal com base na representação da capela de S. Miguel o Anjo, da família Folgueira Gaio, no lado norte da igreja matriz; e com a ausência do desenho da capela saliente dos Condes de Cavaleiros na igreja de S. Francisco. Contudo, concorda com a autoria do desenho (Simão de Ruão) e com o contexto militar da época, que exigia uma maior defesa da orla costeira⁹. O facto de Guimarães também aparecer representada num tipo de planta igual à de Vila do Conde, prender-se-á com a figura de D. Duarte, duque de Guimarães (primeiro o pai, depois o filho, homónimo): D. Duarte, o pai, 4.º duque de Guimarães, era irmão do rei, D. João III, cujo reinado foi «marcado pela ausência de qualquer reconhecimento explícito do direito do Mosteiro à posse da jurisdição da vila», como nos diz Amélia Polónia¹⁰. Num jogo de bastidores

⁸ BARROCA, 2014.

⁹ Em abril de 1570, é emitido um alvará régio aos homens da governança de Vila do Conde, onde se diz que João Gomes da Silva, entre outras «pessoas que entendao nisso» (fortificação de «todos os logares de portos de Mar de meus Regnos, pella necessidade, que disso tem pera sua defensão»), fora enviado por D. Sebastiao, «a todos os lugares da Costa de Portugal, que estão da villa de Cascaes, até a villa de Caminha». O rei ordena «que en tudo o que vos de minha parte disser, que façães no que tocar a este negocio o cumpraes inteiramente com muyta diligrentia (*sic*) pera que a dita fortificação se faça nessa villa» (AMVC. *Carta de D. Sebastião* [...], AMVC/A73-AMVC/CMVC/A73). Neste mesmo ano, 1570, aparecem os primeiros registos de «nomeação de capitães e sargentos, pressupondo-se a criação de uma companhia militar própria», quando, antes, Vila do Conde dependia «da ajuda vinda de Guimarães, Braga ou Barcelos» (POLÓNIA, 2007: 178). Para mais detalhes sobre o Forte de S. João Baptista de Vila do Conde, *vd.* ALMEIDA, 2002.

¹⁰ Sobre a perda da jurisdição pelo Mosteiro de Santa Clara, *vd.* POLÓNIA, 2006.

entre duque e rei, para compra da jurisdição de Vila do Conde, esta passa para as mãos de D. Duarte, o filho (5.º Duque de Guimarães) em 1560.

No que respeita ao limite mais antigo da data da planta, 1561, passaremos a esclarecer alguns detalhes. Num plano mais geral, o que foi construído e acrescentado à igreja matriz (e representado na planta) foi a nova sacristia (Fig. 4), que a família Folgueira Gaio compromete-se a construir em 1556 (registada em ata de vereação de 22 de junho), depois de desejar ocupar o lugar da primeira sacristia, para aí instalar a sua capela:

e por o dyto Vicente Follgueira foy apresemntada hũa pyticam por escriptura feita em seu nome e de Amtonio Martinz Guayo seu genro em que dizem que helles querem na samcrystia desta vylla fazer hũa santa capela pera eles e seus descendemtes e acemdemtes [...] e esta capela faram da sorte e bomdade que he a capela do corpo samto e a faram as suas custas e asy faram as mesmas suas custas a oytra samcrystia em outra parte da ygreja que asemtarem da sorte he bomdade que he a oytra samcrystia¹¹.

Ou seja, não é o espaço da capela de S. Miguel o Anjo representado na planta que dá a datação sugerida por Mário Barroca, pois este já existia como a sacristia primitiva, mas sim o desenho da nova sacristia adjacente à nova capela, que, necessariamente, teria que ser construída antes da antiga ser adaptada a capela, sendo, assim, erguida entre meados de 1556 (ano da intenção de se fazer a capela) e o início de 1561 (ano de um testamento feito por Vicente Folgueira e outros familiares, onde este refere que se está a fazer a capela¹²), pondo-se, então, a hipótese do intervalo cronológico da planta de Vila do Conde ficar entre 1556-57 e 1566-67. Mário Barroca aponta a data de 1561 com base no que escreveu Eugénio Andrea da Cunha e Freitas, referindo-se este autor à instituição da capela, no referido testamento de 25 de janeiro de 1561, e não concretamente à construção de um novo espaço¹³.

Relativamente ao limite mais tardio, como já foi dito, remete para a inexistência da representação das capelas salientes da igreja de S. Francisco (Fig. 5), sendo a mais antiga a da família do morgadio de Cavaleiros (com solar em Outeiro Maior, freguesia de Vila do Conde), que é decidido construir-se a 18 de agosto de 1566¹⁴.

Encontrado o intervalo cronológico da elaboração da planta, faltava agora a análise dos edifícios e de outras estruturas esquematizadas, bem como das ruas assinaladas, numa tentativa de ser encontrada, com maior exatidão, a data deste

¹¹ AMVC. *Ata da vereação de 1556/06/22*, AMVC-NI 19, fols. 145-147.

¹² AMVC. *Documentos particulares dos Folgueiras Gayo*, documento 7, fol. 2v.

¹³ FREITAS, 2001: 126.

¹⁴ CEDOPORMAR. *Notas para escrituras diversas do 1.º cartório notarial de Vila do Conde*, Nota 0343.



Fig. 4
Sacristia (à esquerda)
e capela de S. Miguel
o Anjo
Fonte: Fotografia da
autora



Fig. 5
Igreja de S. Francisco,
com a capela ameada
dos condes da Casa de
Cavaleiros
Fonte: Fotografia da
autora

documento, tão fulcral para a história do urbanismo de Vila do Conde, mas também para se confirmar, ou não, o que já havia sido publicado, para se datar o que ainda se desconhecia, ou ainda para se esclarecer as representações de determinados espaços.

Considerando que a comunicação, da qual se apresenta agora o artigo escrito, se inseriu num colóquio intitulado *A rua na estrutura urbana*, as ruas de Vila do Conde desenhadas e nomeadas na planta teriam de ser, inevitavelmente, grande parte do foco da nossa investigação, feita exclusivamente em cruzamento com a documentação existente.

A maioria dos documentos consultados pertence aos livros das atas de vereação da câmara, onde encontramos, por exemplo, as nomeações dos quadrilheiros para as ruas da vila ou os percursos da procissão da festa de Corpo de Deus, dois

assuntos que nos dariam mais diretamente as informações que desejávamos. Porém, constatámos que, desde o primeiro ano de atas de vereação registadas chegadas até nós (1466), e até finais da década de 60 do século XVI (datação máxima da planta), frequentemente as ruas eram designadas com o nome de determinados indivíduos, ou que iam da porta do indivíduo *x* à porta do indivíduo *y*. Significa que as datas aqui apontadas para as ruas e alguns locais representados na planta, com exceção para a «Rua dos Mata-Setes» e para a «Rua da Judiaria», correspondem às primeiras referências explícitas das ruas encontradas em documentação.

Na esperança de encontrar designações mais concretas, consultaram-se também os registos notariais, mas estes só nos disponibilizam dados a partir de 1560, o que limitou a informação daí obtida. Quanto aos registos paroquiais (disponíveis só a partir de 1535), muito raramente há menção aos nomes das ruas de onde provêm as pessoas assinaladas nos registos. Restava-nos o designado Tombo Verde do Mosteiro de Santa Clara de 1518, onde estão listadas as propriedades pertencentes ao mosteiro. No entanto, tal como acontece nas atas de vereação ou nos registos paroquiais, a toponímia que aparece com o nome correto da rua é escassa (preferindo-se identificar pelo nome de um dos moradores).

Se por um lado, a documentação não refere, durante décadas, os nomes de várias ruas assinaladas na planta, o contrário também acontece: ruas mantidas incógnitas no documento iconográfico são mencionadas nos documentos escritos. É uma lacuna peculiar (para a qual, provavelmente, nunca iremos ter justificação), pois essas mesmas ruas seriam tão relevantes como as que aparecem escritas na planta.

Passemos, então, a análise das ruas, listando-as por ordem cronológica, a partir da primeira referência a cada uma delas, começando em 1466, o livro de registo de atas de vereação mais antigo. Uma parte das datas obtidas foi através de consulta *online* da base de dados GISA do Arquivo Municipal de Vila do Conde, sendo que os dados restantes haviam sido já por nós recolhidos ao longo de outras investigações sobre Vila do Conde. Os números entre parêntesis em frente ao nome de cada rua, espaço ou edifício, correspondem aos números assinalados na planta.

Rua da Senra (1)

1466 (5/julho): em vereação, são ordenados o despejo e o isolamento duma casa na Rua da Senra, onde está uma criança com peste¹⁵.

Nesta rua, que passa atrás da Rua dos Mourilheiros (na planta está erradamente escrito «Rua dos Marinheiros»), existiu a fonte da Senra, muitas vezes referida na documentação ao longo do século XVI, encontrando-se a primeira referência em 1527: a 4 de fevereiro deste ano, em vereação para eleição de novos homens da governação

¹⁵ AMVC. *Ata da vereação de 1466/07/05*, AMVC-NI 16, fols. 12 e 13.



Fig. 6
Rua de Dinis Pinto/
Calçada da Picota (?)
(atual Rua Camilo
Castelo Branco)
Fonte: Fotografia da
autora

da vila, faz-se a «Entrega e inventairo das escripturas e livros que estam na arca do concelho», sendo uma das escrituras referente à fonte da Senra¹⁶.

Rua da Cruz (2)

1466 (?)/1518: em vereação, quando se nomeiam os quadrilheiros, ou se elabora o trajeto da Procissão de Corpo de Deus, é quase sempre dito «da Cruz até», ou «à Cruz», podendo remeter para o espaço com o mesmo nome, onde existiu um cruzeiro e ainda hoje assim designado por alguns vilacondenses, passados todos estes séculos. Assim acontece desde 1466 até 1518, ano em que encontrámos, pela primeira vez, num registo de propriedade do Tombo Verde do Mosteiro de Santa Clara, a designação «Rua da Cruz», assinalada na planta entre a igreja matriz e a praça dos paços do concelho e pelourinho¹⁷. A sul desta rua, está a designada Rua Direita (atual Rua de S. Bento), que aparece na documentação também como Rua Direita da Cruz.

Rua de Dinis Pinto (3) (Fig. 6)

1466 (?): é a única rua que aparece com o nome de um morador dessa rua. Pela documentação por nós conhecida e estudada, cremos corresponder à denominada «Calçada da Picota», cuja abertura ficou decidida na vereação de 29 de janeiro de 1466: «que se fezesse ha pycota hũa calcada (*sic*) de duas braças em largo»¹⁸. Estamos, assim, perante a abertura de uma rua em direção à «Praça Velha» (16), onde estavam a picota e os paços do concelho anteriores aos que foram construídos entre 1538 e 1543, na nova praça (17) que D. Manuel I manda fazer em 1502.

¹⁶ AMVC. *Ata da vereação de 1527/02/04*, AMVC-NI 16, fol. 412.

¹⁷ CEDOPORMAR. *Registo de propriedades do Mosteiro de Santa Clara – Tombo Verde*, 0042-0139, fol. 46.

¹⁸ AMVC. *Ata da vereação de 1466/01/29*, AMVC-NI 16, fol. 5.

Apesar de ter sido erigido um novo pelourinho nos finais dos anos 30 do século XVI, na nova praça da vila (como se pode ver na planta), o antigo pelourinho, a picota, aparece ainda desenhado na planta. Desconhecemos se foi, efetivamente, algo que o desenhador viu, coexistindo ambos os pelourinhos à época. Sabemos que no mesmo ano em que se decide fazer o novo pelourinho, 1538, ainda há deliberações para se mandar «coreger» a picota, que por ser «velha estar pera cayr», encarregando-se o carpinteiro João Pires de o fazer¹⁹; por isso, há alguma probabilidade da estrutura se ter mantido erguida mais algumas décadas (a documentação, infelizmente, não consegue ajudar-nos a esclarecer esta hipótese).

Dinis Pinto, que era ainda vivo em 1610, surge, nos documentos consultados na base de dados, como cavaleiro fidalgo da Casa Real (assim é referido entre os anos 1560 e 1592), bem como detentor de vários cargos (almotacé, vereador, guarda-mor da saúde, guarda dos pobres, juiz dos direitos, juiz dos órfãos, provedor em Viana do Castelo), desde os inícios da segunda metade do século XVI, mais concretamente a partir de 1559. Na base de dados por nós consultada, não encontramos qualquer menção a «Rua de Dinis Pinto», nem mais nenhuma à «Calçada da Picota» além da já referida de 1466.

Rua do Poço (4)

1490-1491: entre a nossa apresentação no colóquio e a redação deste artigo, encontramos, entretanto, um documento no *site* da *internet* do Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, de Guimarães, referido como «doação do censo sobre umas casas que estão em Vila do Conde, na Rua do Poço», pertencente ao fundo da Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães²⁰. Esta rua localizava-se a poente da praça velha, ligando esta área, para sul, à zona apontada como «O. Outeiro» e, para oeste, à capela de Santa Catarina (23). Na base de dados do AMVC, após pesquisa feita pelo topónimo, a referência mais antiga a esta rua só surge em 1598.

Rua da Judiaria (5)

1499 (19/agosto): documento encontrado na base de dados *online* da Torre do Tombo, apresentado com o seguinte resumo: «Ao Mosteiro de Vila do Conde, tença anual de 10000 reais, desde primeiro de Janeiro de 1500, em satisfação das rendas da judiaria dessa vila, assentados no almoxarifado de Guimarães, e pagos pelo rendimento das sisas de vila do Conde, aos quartéis»²¹. Na documentação do Arquivo Municipal de Vila do Conde, não encontramos nenhuma referência à judiaria da vila, nem à Rua da Judiaria, que ficava a sul da Rua do Poço.

¹⁹ SOUSA, 2013: 99.

²⁰ Documento consultado a 7 de dezembro de 2021. Trata-se de um documento em depósito no Arquivo Nacional Torre do Tombo (PT/TT/CSMOG/DP67/03).

²¹ ANTT. *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 41, fol. 107v.



Fig. 7
Rua dos Mourilheiros
(atual Rua da
Misericórdia), a poente
da «Praça Nova»
Fonte: Fotografia da
autora



Fig. 8
Rua Nova (atual Rua do
Lidador) à esquerda,
e Rua Direita (atual Rua
de S. Bento) à direita,
vistas do antigo Largo
da Cruz (atual Largo 25
de Abril)
Fonte: Fotografia da
autora

Rua dos Mourilheiros (6) (Fig. 7)

1502 (18/julho): em vereação, nomeiam-se os quadrilheiros, sendo Gabriel Gonçalves e Brás Luís os moradores responsáveis para a vigilância desta rua²². Na planta, como já aqui referimos, aparece erradamente «Rua dos Marinheiros». É a atual Rua da Misericórdia, a poente da praça nova dos paços do concelho e pelourinho.

Rua Direita (7) (Fig. 8)

1509 (29/mayo): em vereação, decide-se que a procissão do corpo de Deus «vaa pella rua direita abaixo directamente ha porta d'Afonso Gonçallvez e dehi ao longo do rio pera o mosteiro»²³. Trata-se da atual Rua de S. Bento, uma das artérias que liga a zona mais central da vila (igreja matriz e praça) ao rio, logo a seguir à Rua da Cruz.

²² AMVC. *Ata da vereação de 1502/07/18*, AMVC-NI 16, fols. 54-54v.

²³ AMVC. *Ata da vereação de 1509/05/29*, AMVC-NI 16, fol. 165v.



Fig. 9
Rua da Lage (atual Rua da Igreja)
Fonte: Fotografia da autora

Rua da Lage (8) (Fig. 9)

1511 (20/outubro): em vereação, decide-se «que se faça (*sic*) e se mande calçar (*sic*) a Rua da Lagia»²⁴. Com a igreja matriz a poucos anos de ficar concluída e no mesmo ano em que chega João de Castilho para terminar o templo, decide-se abrir esta rua,

Situada a norte da igreja matriz, liga à Rua da Cruz a sul, que passa em frente à igreja e segue depois para a Rua Direita; e o seu extremo norte vai de encontro à Rua da Cadeia. Estas duas ruas, Lage e Cruz, fazem, atualmente, parte da única Rua da Igreja. Terão sido ambas abertas na mesma altura, para ligarem ruas e zonas principais à nova igreja matriz? A Rua da Cruz, como aqui já foi dito, já aparece em 1518 como tendo propriedades.

Rua dos Mata-Setes (9)

1537 (16/dezembro): referência mais antiga que encontrámos deste topónimo, na base de dados, como apelido ou alcunha da família que vivera nesta rua, num registo de um batismo²⁵. Na mesma base de dados, não encontrámos qualquer menção concreta a «Rua dos Mata-Setes».

Rua da Misericórdia (10)

1542 (4/junho): o registo mais antigo encontrado na base de dados onde surge a rua, tratando-se de um processo inquisitorial²⁶. Contudo, sabendo-se que a construção da primeira igreja da Misericórdia é decidida em 1525 e concluída em meados dos

²⁴ AMVC. *Ata da vereação de 1511/10/20*, AMVC-NI 16, fol. 302.

²⁵ CEDOPORMAR. *Registo paroquial de batismos*, 01/0254, fol. 21

²⁶ CEDOPORMAR. *Processos da Inquisição de Coimbra*, Processo inquisitorial 9796.

anos 30, é provável que esta rua terá sido assim designada a partir da abertura da igreja ao culto.

Rua da Palha (11)

1547 (1/maio): registo paroquial de batismo na igreja matriz, que identifica a morada de uma das testemunhas²⁷.

Rua de S. Sebastião (12)

1549 (?): o topónimo remete para a capela do santo mártir, que, na planta, aparece representada à entrada da rua com o mesmo nome e também no alçado (à semelhança da capela de Santo Amaro), com o apontamento «S. Sebastião» abaixo do desenho recortado da capela.

Dos finais dos anos 20 e até aos inícios dos anos 30 do século XVI, há, pelo menos, três momentos concretos e definidores da construção da nova capela de S. Sebastião, para substituição da antiga:

- a escolha do lugar e como será («todos a hũa voz disserom que era bem que a dita casa do bem aventurado martire se fezese a barca da passagem onde es[t] a hũa cruz de pao [...]. E logo acordarom que a dita casa se fezese do grandor da outra casa que esta a par da igrea»²⁸): ficaria junto ao rio e teria que ser tão grandiosa como a que ainda existia junto à nova igreja matriz (este dado é de relevada importância, porque mostra-nos que a antiga capela do campo de S. Sebastião, o lugar escolhido por D. Manuel I para edificação da nova igreja matriz, afinal, não foi afetada, quer por desmontagem, quer por destruição; ao invés, coexistia);
- a atribuição da obra e a descrição do edifício, com seus materiais e medidas («E logo mandarom chamar Afonso Gyll pedreiro e conçertarom com ele nesta maneira que ele faca (*sic*) a casa de Sam Sabastiam as braças d'allvenaria de pedra e call revocada de dentro e de fora e apymzelado todo de dentro e de fora»²⁹);
- a autorização régia para se utilizar dinheiro da Imposição para construção da nova capela³⁰.

Voltamos a ter notícias do edifício a 7 de maio de 1543, quando, numa decisão camarária, se fala na contratação de um organista para tocar na capela de S. Sebastião, sugerindo, assim, que a capela já está edificada e aberta ao culto³¹. Porém, cinco anos

²⁷ CEDOPORMAR. *Registo paroquial de batismos*, 01/1291, fol. 121.

²⁸ AMVC. *Ata da vereação de 1527/05/06*, AMVC-NI 16, fols. 432v e 433.

²⁹ AMVC. *Ata da vereação de 1527/05/27*, AMVC-NI 16, fol. 438v.

³⁰ AMVC. *Carta de D. João III à Câmara de Vila do Conde* [...], AMVC/A21-AMVC/CMVC/A21.

³¹ AMVC. *Ata da vereação de 1543/05/07*, AMVC-NI 17, fol. 474.

depois, a 25 de junho de 1548, novamente em reunião de vereação, fala-se outra vez na construção da capela de S. Sebastião, por esta não existir:

acordarom com muita parte do povo que ao diente hiram assinados por esta vila nom ter irmida de Sam Sabastiam de fazerem na emtrada dita dita (sic) vila hũa casa pera o martere Sam Sabastiam a quall casa se fara he asentara de fromte das casas de Pero Annes Cadilhe amtre as casas do pryoll de Sam Simão e as casas que foram do abade de Ribeiram de maneira que fique amtre ambas as ruas no meio delas no lugar homde melhor parece e porque pera fazimento da dita casa avia nesta vila hum alvará dell Rei noso senhor em que faz esmola de trimta mil reais per a irmida da dita casa os quaes manda que se tomem da emposicam desta vila³².

Perante estes dados, principalmente a menção aos trinta mil reais da Imposição, que o rei autorizara em 1531 e que ainda não tinham sido utilizados para esta obra, concluímos que a capela onde iria tocar o organista em 1543 seria, ainda, a velha capela junto à igreja matriz, não tendo sido construída uma nova.

Ainda em 1548, a 12 de novembro, há a indicação para se avaliarem as casas que serão necessárias demolir para a construção da capela³³ e, um ano depois, a 15 de julho de 1549, a câmara está a deliberar a proibição de riscar nas paredes da mesma³⁴, o que indica que a capela já estava feita ou praticamente concluída, terminando-se a sua edificação dentro do prazo estabelecido — «E loguo per o dito Pero Eannes que presemte estava foi dito que ele se obrigava a fazer a dita casa de todo o nececario [...] he acabala deste Sam Tiaguio que ora vira a hum anno»³⁵, ou seja, a 25 de julho, como é registado na ata de vereação de 25 de junho de 1548 acima referida.

Podemos, assim, considerar que a Rua de S. Sebastião assinalada na planta, existirá com este topónimo desde meados de 1549 e que, muito provavelmente, corresponderá à anterior (e inúmeras vezes referida na documentação) rua de Fernão Barroso, antigo procurador do Mosteiro de Santa Clara e vizinho dos «erdeiros dos Pinheiros de Barcelos»³⁶, que, como mais adiante se verá, terão sido quem mandou edificar a capela de Santo Amaro, bem perto da Rua de S. Sebastião, como se pode observar na planta.

³² AMVC. Ata da vereação de 1548/06/25, AMVC-NI 18, fols. 133v-134.

³³ AMVC. Ata da vereação de 1548/11/12, AMVC-NI 18, fol. 180.

³⁴ AMVC. Ata da vereação de 1549/07/15, AMVC-NI 18, fol. 248v.

³⁵ AMVC. Ata da vereação de 1548/06/25, AMVC-NI 18, fol. 134v.

³⁶ CEDOPORMAR. Registo de propriedades do Mosteiro de Santa Clara – Tombo Verde, 0042-0001, fol. 9.



Fig. 10
Rua da Cadeia (atual
Rua da Costa)
Fonte: Fotografia da
autora

Rua da Cadeia (13) (Fig. 10)

1553 (7/fevereiro): traslado da carta de venda das casas da cadeia que Isabel Pires fez à câmara de Vila do Conde³⁷. Este é o documento mais antigo onde encontramos uma referência explícita à Rua da Cadeia. Desde os inícios do século XVI, registam-se vários assuntos ligados à cadeia da vila, mas não se identifica a sua localização.

Nesta planta, estão ainda desenhadas outras ruas, mas sem qualquer topónimo identificado, vendo-se também o arranque de outras, que as sabemos, pela documentação, consideravelmente habitadas. Em frente à Rua da Misericórdia, está a que julgamos ser a Rua do Outeiro (referida desde 1509); abaixo da Rua da Cruz, para além da Rua Direita, aparece também a bifurcação correspondente à Rua da Fraga (lado poente, referida desde 1560) e Rua Nova (lado nascente, referida desde 1509). Há ainda referência à Rua de Santa Catarina desde 1550, que poderá ser uma destas ruas: a que começa no extremo norte da Rua da Misericórdia, em frente à Rua do Poço, ou a que parte da Rua da Palha. Do mesmo ano (1550), será a abertura da Rua das Donas, desde a fonte com o mesmo nome, representada na planta, até ao Mosteiro³⁸. Por fim, temos a Rua do Cidral, que julgamos localizar-se a poente da Rua da Senra. Na documentação do século XVI, surgem ainda outras ruas, mas que não conseguimos localizar.

Temos também, demarcados pelo autor, lugares ou áreas específicas. De norte para sul, assinalou-se o lugar de «Sima de Villa» (14), o Cimo de Vila que aparece na documentação desde 1466, mantendo-se ainda hoje o topónimo numa das ruas

³⁷ AMVC. *Treslado em pública forma da carta de venda das casas da cadeia à Câmara de Vila do Conde*, AMVC/B17-AMVC/CMVC/B17.

³⁸ Existe uma ata de vereação de 26 de agosto de 1527, onde fica decidido «que se faça (*sic*) o caminho da fonte das Donas», caminho este do mosteiro à fonte (AMVC. *Ata da vereação de 1527/08/26*, AMVC-NI 16, fol. 468). Mas a 16 de junho de 1550, delibera-se que se faça rua da fonte das Donas até à casa de Gonçalo Álvares, assim como casas de ambos os lados da rua (AMVC. *Ata da vereação de 1550/06/16*, AMVC-NI 18, fol. 329). Ainda hoje se mantem o mesmo topónimo.



Fig. 11
«Praça Velha» (atual
Largo Antero de
Quental)
Fonte: Fotografia da
autora

do lugar; o «Campo da Choqua» (15), referido a partir de 1509, na zona mais a nascente, um dos lugares permitidos, assim como em Santa Catarina (zona de vasto areal), para a prática da prostituição, mas também o lugar onde a «preparação militar deveria ocorrer todos os domingos e dias santos»³⁹; a «Praça Velha» (16) (Fig. 11), onde estavam, como já dissemos, os antigos paços do concelho, dos quais temos informações desde 1441⁴⁰; a «Praça» (Nova) (17), que terá ficado apta para as suas diversas funções em meados dos anos 40 do século XVI, logo após a conclusão dos novos pelourinho e paços do concelho (ambos representados na planta); e, por fim, as «Hortas» (18) e as «Ortas de Francisco Carneiro» (19), havendo referência ao Vale das Hortas, abaixo da fonte ou da Rua das Donas, no Tombo Verde do Mosteiro de Santa Clara de 1518 (a designação de vale é adequada, apesar de ser uma área pequena, já que está entre duas zonas elevadas: o monte do Mosteiro e a pedreira onde assenta a igreja matriz).

Foram ainda desenhados e identificados vários templos religiosos, com destaque para a igreja de «S. Joam» (Batista) (20), a igreja matriz de Vila do Conde⁴¹, que nos é apresentada com pormenores da sua planta. Não aparece representada a torre sineira, que começa a ser construída em meados dos anos 70. Caso não houvesse mais elementos arquitetónicos que nos ajudassem na afinação da data da planta, a ausência da torre sineira seria um bom indicador cronológico. Também é desenhada e identificada a igreja de «S. Francisco» (21), o edifício que aparece mais a sul na planta.

Outra importante igreja da vila que aparece desenhada e mencionada pela abreviatura «Mia» (22), é a da Misericórdia (Fig. 12), que, como já aqui dissemos, decidiu-se construir em 1525, tendo depois, em inícios do século XVII, obras de ampliação.

³⁹ POLÓNIA, 2007: 179.

⁴⁰ SOUSA, 2013: 70.

⁴¹ Sobre a construção da igreja matriz, *vd.* SOUSA, 2013.



Fig. 12
Igreja da Misericórdia
Fonte: Fotografia da autora



Fig. 13
Capela de Santa Catarina
Fonte: © Câmara Municipal de Vila do Conde

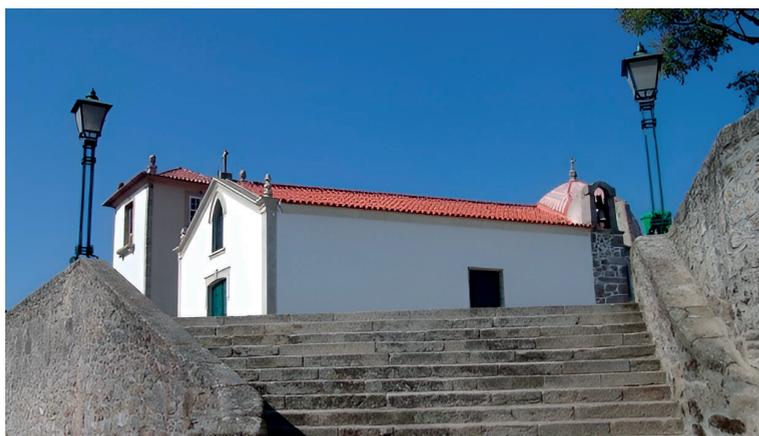


Fig. 14
Capela de Santo Amaro
Fonte: Fotografia da autora

O autor desenha também as capelas de Santa Catarina (Fig. 13), assinalada «S.^a C.^a» (23), já referenciada no Tombo Verde do Mosteiro de Santa Clara de 1518; a capela de S. Sebastião (24) (já mencionada na rua com o mesmo nome, mas já desaparecida); e a capela de Santo Amaro (Fig. 14) («S. Amaro») (25).

Quer para esta última capela, quer para a de Santa Catarina, documentalmente, ainda não nos foi possível aferir quando foram construídas, mas quanto à de Santo Amaro temos algumas informações, que, posteriormente nos poderão levar a dados mais precisos. Muito provavelmente, estará ligada à família dos Pinheiros de Barcelos, já referidos por nós na análise toponímica da Rua de S. Sebastião («os erdeiros dos Pinheiros de Barçelos»), cujo símbolo heráldico está representado num cruzeiro em frente à capela: um pinheiro, com um leão rampante sobre o tronco da árvore. O documento que menciona estes herdeiros data de 6 de fevereiro de 1518⁴² e pertence ao Tombo Verde do Mosteiro de Santa Clara, mas vários documentos do mesmo tomo falam na bouça dos Pinheiros, chão de bouça dos herdeiros dos Pinheiros, leira dos Pinheiros, campo e valado dos Pinheiros, segundo os resumos da base de dados do AMVC. Diz Monsenhor José Augusto Ferreira que, com a morte do prior João Gonçalves em 1516, o Mosteiro de S. Simão da Junqueira deixa de ter priores vitalícios e passa a ter comendatários, também eles vitalícios, que seriam clérigos seculares ou «fidalgos inteiramente leigos». Assim, diz-nos o autor que o primeiro comendatário, em 1516, foi D. Diogo Pinheiro, prior de Guimarães, bispo do Funchal e prelado de Tomar; e que

*os commendatarios da Junqueira, com excepção de D. Miguel da Silva, Bispo de Vizeu, anno 1532, succederam-se, até à sua extinção, na família dos Pinheiros, n'uma especie de dynastia; pois a D. Diogo Pinheiro seguiram-se seus filhos Pero Gomes Pinheiro, Capellão do Cardeal Infante D. Henrique, anno 1525, e Rodrigo Gomes Pinheiro, depois Bispo do Porto, anno 1534, finalmente Martim Pinheiro, anno 1555, Abbade de Touguinhó, e neto de D. Diogo Pinheiro*⁴³.

Regressando aos documentos pesquisados, em 1585, Martim Pinheiro surge como proprietário de terrenos junto do Campo da Choca, área assinalada na planta a nascente e perto da capela de Santo Amaro⁴⁴.

O desenhador decidiu incluir também na planta duas fontes: a «Fonte da Vila» (26), desenhada com dois tanques e coloridos a azul-claro, que nos aparece na documentação pela primeira vez a 4 de fevereiro de 1513, mas que poderá ser uma

⁴² CEDOPORMAR. *Registo de propriedades do Mosteiro de Santa Clara – Tombo Verde*, 0042-0001, fol. 9.

⁴³ FERREIRA 1923: 47.

⁴⁴ CEDOPORMAR. *Notas para escrituras diversas do 1.º cartório notarial de Vila do Conde*, Nota 1278, fols. 73v-75.

estrutura do século XV⁴⁵, já que nesta data, em vereação, é ordenado «que se corega a fonte da vila»⁴⁶; e a «Fonte das Donas» (27), já referida no Tombo Verde do Mosteiro de Santa Clara de 1518⁴⁷. Ambas as fontes já não existem em Vila do Conde.

A planta atribuída a Simão de Ruão revela-se, como não temos dúvidas, um dos melhores instrumentos para o estudo urbanístico de Vila do Conde, na passagem da Idade Média para a Idade Moderna. Cruzando-se com dados escritos, do rico arquivo municipal que o concelho dispõe, este documento será sempre um bom ponto de partida (ou de chegada) nas futuras investigações históricas sobre a cidade, desejando, assim, que esta nossa análise sirva como uma alavanca e um futuro apoio a todos os investigadores.

FONTES

Arquivo Nacional Torre do Tombo

ANTT. *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 41, fol. 107v.

Arquivo Municipal de Vila do Conde

AMVC. *Ata da vereação de 1466/01/29*, AMVC-NI 16, fol. 5.

AMVC. *Ata da vereação de 1466/07/05*, AMVC-NI 16, fols. 12 e 13.

AMVC. *Ata da vereação de 1466/07/21*, AMVC-NI 16, fol. 14v.

AMVC. *Ata da vereação de 1502/07/18*, AMVC-NI 16, fols. 54-54v.

AMVC. *Ata da vereação de 1509/05/29*, AMVC-NI 16, fol. 165v.

AMVC. *Ata da vereação de 1511/10/20*, AMVC-NI 16, fol. 302.

AMVC. *Ata da vereação de 1527/02/04*, AMVC-NI 16, fol. 412.

AMVC. *Ata da vereação de 1527/05/06*, AMVC-NI 16, fols. 432v e 433.

AMVC. *Ata da vereação de 1527/05/27*, AMVC-NI 16, fol. 438v.

AMVC. *Ata da vereação de 1527/08/26*, AMVC-NI 16, fol. 468.

AMVC. *Ata da vereação de 1543/05/07*, AMVC-NI 17, fol. 474.

AMVC. *Ata da vereação de 1548/06/25*, AMVC-NI 18, fols. 133v-134v.

AMVC. *Ata da vereação de 1548/11/12*, AMVC-NI 18, fol. 180.

AMVC. *Ata da vereação de 1549/07/15*, AMVC-NI 18, fol. 248v.

AMVC. *Ata da vereação de 1550/06/16*, AMVC-NI 18, fol. 329.

AMVC. *Ata da vereação de 1556/06/22*, AMVC-NI 19, fols. 145-147.

AMVC. *Carta de D. João III à Câmara de Vila do Conde – A reconstrução da ermida de São Sebastião com dinheiro da imposição*, AMVC/A21-AMVC/CMVC/A21.

AMVC. *Carta de D. Manuel I à Câmara de Vila do Conde – A Imposição para a construção da nova Igreja Matriz*, AMVC/A3-AMVC/CMVC/A3.

AMVC. *Carta de D. Sebastião à Câmara de Vila do Conde – A fortificação da vila*, AMVC/A73-AMVC/CMVC/A73.

AMVC. *Documentos particulares dos Folgueiras Gayo*, documento 7, fol. 2v.

⁴⁵ A 21 de julho de 1466, em vereação, é deliberado que se façam obras no chafariz «que esta a cabo da fonte» (AMVC. *Ata da vereação de 1466/07/21*, AMVC-NI 16, fol. 14v.). Questiona-se: Será a fonte da vila?

⁴⁶ AMVC. *Ata da vereação de 1513/01/04*, AMVC-NI 16, fol. 330.

⁴⁷ CEDOPORMAR. *Registo de propriedades do Mosteiro de Santa Clara – Tombo Verde*, 0042-0015, fol. 12v.

AMVC. *Treslado em pública forma da carta de venda das casas da cadeia à Câmara de Vila do Conde*, AMVC/B17-AMVC/CMVC/B17.

Centro de Documentação dos Portos Marítimos Quinhentistas

CEDOPORMAR. *Notas para escrituras diversas do 1.º cartório notarial de Vila do Conde*, Nota 0343 – Registo de contrato e obrigação de 1566/08/18.

CEDOPORMAR. *Notas para escrituras diversas do 1.º cartório notarial de Vila do Conde*, Nota 1278, fols. 73v-75.

CEDOPORMAR. *Processos da Inquisição de Coimbra*, Processo inquisitorial 9796.

CEDOPORMAR. *Registo de propriedades do Mosteiro de Santa Clara – Tombo Verde*, 0042-0139, fol. 46.

CEDOPORMAR. *Registo de propriedades do Mosteiro de Santa Clara – Tombo Verde*, 0042-0001, fol. 9.

CEDOPORMAR. *Registo de propriedades do Mosteiro de Santa Clara – Tombo Verde*, 0042-0015, fol. 12v.

CEDOPORMAR. *Registo paroquial de batismos*, 01/0254, fol. 21.

CEDOPORMAR. *Registo paroquial de batismos*, 01/1291, fol. 121.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Pedro Brochado de (2002). *O Forte de S. João Baptista de Vila do Conde: um longo processo de obras*. In AMORIM, Inês; POLÓNIA, Amélia; OSSWALD, Helena, coord. *O Litoral em perspectiva histórica (Séc. XVI a XVIII). Um ponto da situação historiográfica*. Porto: Instituto de História Moderna, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 217-224.

BARROCA, Mário Jorge (2014). *Representações de espaços urbanos do noroeste de Portugal nos alvares da época moderna*. In TRASANCOS, Alfredo Vigo, dir. *La cidade y la mirada del artista: visiones desde el Atlántico*. Madrid: Teófilo Ediciones, pp. 419-455.

FERREIRA, Mosenhor José Augusto Ferreira (1923). *Villa do Conde e seu alfoz*. Porto: Ateliers Marques Abreu.

FREITAS, Eugénio Andrea da Cunha (1996). *Os mestres biscainhos na matriz de Vila do Conde. João de Rianho, Sancho Garcia, Rui Garcia e João de Castilho*. «Vila do Conde. Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila do Conde». Nova Série, 18, 30-52.

FREITAS, Eugénio Andrea da Cunha (2001). *Vila do Conde. 2. História e Património*. «Cadernos de História Local». Vila do Conde: Câmara municipal de Vila do Conde, vol. 4.

POLÓNIA, Amélia (2006). *Relações poder central/poder local. A permanência de jurisdições senhoriais no Portugal Moderno. Um estudo de um caso: Vila do Conde*. «Revista da Faculdade de Letras: História». III Série. Vol. 7, 107-132.

POLÓNIA, Amélia (2007). *A expansão ultramarina numa perspectiva local. O porto de Vila do Conde no século XVI*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, vol. I.

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA de Vila do Conde. *Um legado: 1510-1975*. Vila do Conde: Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde, 2010, vol. I.

SOUSA, Eliana (2013). *Vila do Conde no início da Época Moderna. Construção de uma nova centralidade*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de mestrado.

